



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2017 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 1/2017 TIPO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Carandaí, Estado de Minas Gerais, situada à Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217, Bairro Nossa Senhora do Rosário, CEP: 36.280-000, por meio da sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 3, de 12 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, a instauração do **Processo Licitatório nº. 13/2017 – Modalidade: Tomada de Preços nº. 1/2017, do Tipo “MELHOR TÉCNICA E PREÇO”**, para a contratação de um advogado (pessoa física) ou sociedade de advogados para a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para o exercício 2017, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e as demais legislações pertinentes, além de atendidas as especificações contidas neste edital, e observado o seguinte cronograma:

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

- Dia: **18/05/2017**
- Horário: às 13h30 (treze horas e trinta minutos)
- Recepção da Câmara Municipal de Carandaí, situado à Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217, Bairro Nossa Senhora do Rosário.

Os interessados nesta licitação deverão encaminhar os dados cadastrais **até às 18h do terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação.

Cópia deste Edital está disponível para consulta, e poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria da Câmara Municipal, das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas), de segunda à sexta-feira, na Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217, Bairro Nossa Senhora do Rosário, na sua forma impressa ou retirado na sua forma digital, desde que o interessado disponha de uma mídia removível (*pen drive*). O mesmo, ainda, está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.camaracarandai.mg.gov.br

Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação pessoalmente, no período das 12h às 18h, de segunda-feira à sexta-feira, localizada à Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217, Bairro Nossa Senhora do Rosário ou através do e-mail licitacao@camaracarandai.mg.gov.br e/ou, ainda, através do telefone **32-3361-1501**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido e oficialmente comunicado.

Fazem parte deste Edital os seguintes anexos, abaixo relacionados e dispostos na seguinte ordem:

Anexo I – Projeto Básico;

Anexo II: Modelo de Procuração;

Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo IV – Modelo de Proposta Técnica;

Anexo V – Quadro Resumo da Proposta Técnica;

Anexo VI – Indicação do Profissional que prestará os serviços;

Anexo VII - Critérios para elaboração da proposta técnica;

Anexo VIII - Declaração de Regularidade Profissional;

Anexo IX – Declaração de Micro Empresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP;

Anexo X – Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista de Menores (Inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal do Brasil)

Anexo XI – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

Anexo XII – Minuta do Contrato

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de um advogado (pessoa física) ou sociedade de advogados para a prestação de serviços especializados de advocacia e assessoramento jurídico à Câmara Municipal de Carandaí, durante o exercício de **2017**, conforme Projeto Básico, constante no **ANEXO I**.

1.2. O valor total para execução dos serviços, objeto deste edital, e que também representa o máximo que a Câmara Municipal de Carandaí se dispõe a pagar é de **R\$38.501,82 (trinta e oito mil, quinhentos e um reais e oitenta e dois centavos)**.

2. DO CADASTRAMENTO

2.1. Os documentos necessários ao cadastramento deverão ser apresentados no endereço constante no preâmbulo deste Edital até às 18h (horário Brasília) **do terceiro dia anterior** à data de realização da sessão destinada à abertura das Propostas de Preço.

2.2. É facultado e recomendado aos interessados enviar os documentos para cadastramento com antecedência de pelo menos 7 (sete) dias úteis, afim de haver a possibilidade de se corrigirem falhas ou omissões capazes de provocar inabilitação.

2.3. Salvo as certidões obtidas via internet, todos os documentos para cadastramento deverão ser apresentados em via original ou em cópia autenticada.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

2.5. A autenticação de cópia de documento de cadastramento solicitada neste edital poderá ser feita por membro da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, mediante cotejo com o original.

2.6. Não será admitida a substituição de qualquer dos documentos enumerados neste edital por protocolos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame pessoas físicas ou pessoas jurídicas do ramo de atividade que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação e **cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social ou documento equivalente, seja pertinente e compatível com o objeto da licitação** e que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital e nos termos dos **parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei Federal nº. 8.666/93** e suas alterações.

3.2. Apenas poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às condições de cadastramento e habilitação até o **terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**.

3.3. Não poderão participar desta licitação:

3.3.1. O servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.3.2. Pessoa jurídica que esteja cumprindo sanção de suspensão de licitar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal.

3.3.3. Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou tenha participado como proprietário, sócio, dirigente ou cotista de pessoa jurídica punida na forma deste item, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

3.3.4. Pessoa jurídica que possuam em seus quadros advogados – quer como sócios, associados, empregados ou prestadores de serviços – que sejam servidores públicos da Câmara Municipal de Carandaí.

3.3.5. Empresas que se encontrem em processo de dissolução, fusão, cisão ou Incorporação.

3.3.6. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3.7. Sociedades empresárias estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. As licitantes não são obrigadas a constituir representantes na sessão, sendo, neste caso, necessário tão somente o envio dos envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços nos respectivos prazos e horários, ao local estabelecido no preâmbulo deste edital.

4.2. A licitante que se fizer representar na sessão de abertura das Propostas deverá indicar um único representante que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada.

4.3. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

4.4. Os representantes legais deverão efetuar seu credenciamento e entregá-lo, obrigatoriamente, no ato de entrega dos envelopes, **sendo que a documentação constante deste item do edital deverá vir fora dos envelopes**, conforme abaixo:

- a) **SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO:** deverá apresentar cópia devidamente **autenticada em cartório**, da Cédula de Identidade ou documento equivalente, o **Estatuto** ou **Contrato Social** juntamente com a(s) alteração(ões) que comprovem sua capacidade de representante legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.
- b) **PROCURADOR:** o credenciamento deverá ser feito por meio de Instrumento Público ou Particular de Mandato (procuração), com firma reconhecida em cartório do outorgante, outorgando expressamente poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar a sua interposição, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante. Deverá apresentar ainda, cópia devidamente **autenticada em cartório** da Cédula de Identidade ou documento equivalente que possua foto.

4.5. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Comissão Permanente de Licitação implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes à esta Tomada de Preços.

4.6. Para enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no certame licitatório, deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- a) **Certidão Simplificada Expedida pela Junta Comercial** de seu domicílio, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio de 30/04/2007;
- b) **Declaração de Condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, na forma do **ANEXO IX**, conforme Lei Complementar 123/2006.

4.7. A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se refere o item 4.4.a ou 4.4.b, quando for o caso, não excluirão a licitante do certame, mas impedirão o representante de se manifestar e responder pelo Licitante, e de praticar qualquer outro ato inerente a este certame.

4.8. A licitante que não apresentar a documentação ao que se refere o item 4.6 no ato do credenciamento decairá do direito de posteriormente se declarar microempresa e empresa de pequeno porte, perdendo automaticamente os direitos que lhe conferem a Lei Complementar 123/2006.

4.9. O representante legal ou procurador da licitante poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que devidamente credenciado, devendo ser observada a restrição constante do item 4.3.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os envelopes contendo a Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços deverão ser apresentadas no endereço estabelecido no preâmbulo deste edital até o dia e hora lá definidos.

5.2. A Documentação e as Propostas deverão ser entregues, em 1 (uma) via, em envelopes distintos lacrados ou colados. Os documentos devem ser rubricados ou assinados pelo responsável ou representante legal da proponente. As propostas devem ser redigidas em língua portuguesa, rubricadas e assinada ao final, escritas com clareza e datilografadas ou digitadas.

5.3. Os envelopes contendo as propostas e a documentação deverão ser subscrito sem sua parte frontal com os seguintes dizeres:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CAMÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº. 1/2017
NOME DA EMPRESA
CNPJ nº

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA
CAMÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº. 1/2017
NOME DA EMPRESA
CNPJ nº

ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA DE PREÇO
CAMÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº. 1/2017
NOME DA EMPRESA
CNPJ nº

5.4. Os envelopes encaminhados após as datas e horários fixados no presente Edital serão devolvidos, ainda fechados, aos respectivos remetentes.

5.5. A Câmara Municipal de Carandaí não se responsabilizará pelo eventual atraso no envio dos envelopes.

6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (ENVELOPE 1)

6.1. Serão consideradas habilitadas as licitantes que apresentarem os seguintes documentos:

6.1.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, compreendendo-se:

6.1.1.1. Se pessoa física:

- a) Comprovante de inscrição do profissional na **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** (podendo ser a cópia da cédula de identidade profissional).



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

6.1.1.2. Se pessoa jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e vigor, **com objeto e/ou ramo de atividade de serviços advocatícios**, devidamente registrado na OAB, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Certidão ou comprovante de registro da empresa na **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**.

I – Os documentos listados subitem 6.1.1.2 acima, deverão ser apresentados através de cópias, devidamente autenticadas por cartório competente ou cópias autenticadas pela Comissão Permanente de Licitação ou cópias acompanhadas dos respectivos originais.

6.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, compreendendo-se:

6.1.2.1. Se pessoa física:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGNEF, através da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual através da **Certidão Negativa de Débitos** e da **Certidão Negativa de Dívida Ativa**;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante – **Certidão Negativa**.

6.1.2.2. Se pessoa jurídica:

- a) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ**;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGNF, através da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual através da **Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa**;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante – **Certidão Negativa**;
- e) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do **Certificado de Regularidade do FGTS-CRF**.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

I. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame;

II. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

III. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração que atendem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, conforme modelo em ANEXO IX – Declaração de Micro Empresa-ME ou de Empresa de Pequeno Porte-EPP.

6.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA compreendendo-se:

6.1.3.1. Se pessoa física:

- a) Comprovante de inscrição do profissional na **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** (podendo ser a cópia da cédula de identidade profissional);



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- b) Declaração do profissional de que se encontra apto ao pleno exercício da advocacia e quite com as anuidades da OAB (modelo **ANEXO VIII**).

6.1.3.2. Se pessoa jurídica:

- a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, através de certidão, expedida pela **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)** do Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a entidade profissional.

- b) Indicação do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal, conforme modelo constante do **ANEXO VI**, acompanhada de:

- 1) Comprovante de inscrição do profissional na **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** (podendo ser a cópia da cédula de identidade profissional);
- 2) Declaração do profissional de que se encontra apto ao pleno exercício da advocacia e quite com as anuidades da OAB (modelo **ANEXO VIII**).
- 3) A comprovação do vínculo empregatício do profissional referido no subitem **6.1.b** será feita mediante apresentação de cópia autenticada em cartório, do Contrato de Trabalho com a empresa ou da Carteira de Trabalho (CTPS), que demonstre a identificação do profissional, e mediante apresentação de cópia autenticada em cartório da Carteira emitida pela **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**, devidamente atualizada.

I – Se o profissional indicado for sócio da empresa, este ficará dispensado da comprovação do vínculo empregatício.

6.1.4. A título de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, compreendendo-se:

6.1.4.1. Se pessoa física:

- a) Certidão negativa de execução patrimonial expedida pela Distribuição dos Feitos da Comarca Judicial da sede do licitante, em cujo teor reste consignado que o mesmo não se encontra em nenhuma das mencionadas situações em período não superior a 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento da documentação para habilitação.

6.1.4.2. Se pessoa jurídica:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a.1. No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, a exigência do item “a” será atendida mediante apresentação do “Balanço de Abertura”;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pela Distribuição dos Feitos da Comarca Judicial da sede do licitante, em cujo teor reste consignado que o mesmo não se encontra em nenhuma das mencionadas situações em período não superior a 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento da documentação para habilitação.

I – Os documentos listados nos itens “a” e “b” do subitem 6.1.4., acima, deverão ser apresentados na sua forma original ou através de cópia, devidamente autenticadas por cartório competente ou cópias autenticadas pela Comissão Permanente de Licitação ou cópias acompanhadas dos respectivos originais.

c) A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índice de Liquidez Geral (LG), resultante da aplicação da fórmula:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \quad \text{Maior ou igual a } 1 (\geq 1)$$

II – As empresas cadastradas e habilitadas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) no índice referido no item “c” acima, para que sejam habilitadas, deverão comprovar o patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

6.2. Quanto às **DECLARAÇÕES** será exigido o seguinte:.

6.2.1. Se pessoa física:

a) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo de declaração – **ANEXO X – Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista de Menores;**



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- b) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação neste certame, conforme modelo de declaração – **ANEXO XI** – **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.**

6.2.2. Se pessoa jurídica:

- a) Declaração de Micro Empresa-ME ou de Empresa de Pequeno Porte-EPP – **ANEXO IX**;
- b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo de declaração – **ANEXO X** – **Declaração de Cumprimento da Legislação Trabalhista de Menores;**
- c) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação neste certame, conforme modelo de declaração – **ANEXO XI** – **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.**

6.3. Os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de sua validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia autenticada pela Comissão Permanente de Licitação ou cópia acompanhada do respectivo original.

6.4. **Em nenhum caso será concedido prazo para a apresentação de documentos de qualificação/habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria e a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.**

6.5. Os documentos exigidos no item “6.1.2” valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por até 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

7. DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº. 2)

7.1. A Proposta Técnica deverá ser elaborada em estrita observância das condições indicadas neste Edital, contendo todos os documentos exigidos, que deverão ser apresentados na mesma ordem de suas solicitações, devendo ser assinada pelo representante legal do **proponente**.

7.2. Deverá, ainda, ser acondicionada e apresentada em volume próprio, preferencialmente em papel tamanho A-4, em língua portuguesa, salvo quanto aos termos técnicos de uso corrente, sem emendas, ressalvas ou rasuras. A proposta técnica deverá conter os elementos necessários à avaliação da capacitação e qualificação do **PROponente**, para a execução do objeto desta licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

7.3 - A Proposta deverá ser apresentada conforme o modelo de Proposta Técnica - **ANEXO IV**, devendo ser formulada de acordo com o contido no **ANEXO VII** – Critérios para Elaboração da Proposta Técnica, datada e assinada pelo representante legal ou procurador do **PROPONENTE**.

7.4 - Na elaboração da Proposta Técnica o proponente deverá confrontar os documentos apresentados em sua proposta com os quesitos do Quadro Resumo da Pontuação Técnica – **ANEXO V**, assinalando na coluna correspondente do Mapa de Avaliação Técnica, anexo à proposta, a pontuação que considera fazer jus, bem como os números das páginas de sua proposta onde poderão ser localizados os documentos que permitam auferir a pontuação pretendida.

7.5 - Os documentos e anexos do envelope deverão ser reunidos, preferencialmente, em pastas ou cadernos, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas por representante legal do proponente ou por pessoa(s) que detenha(m) poderes estatutários ou contratuais de representação da empresa, devidamente acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) essa condição.

8- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

8.1 - O julgamento dos quesitos será realizado mediante a conferência da documentação apresentada, sendo concedida a pontuação de acordo com o previsto no **ANEXO VII** – Critérios para Elaboração da Proposta Técnica.

8.2 - A pontuação obtida pelo licitante na Proposta Técnica (PT) dar-se-á pelo somatório dos quesitos documental e formalmente comprovados.

8.3 - Os quesitos não comprovados importarão na atribuição aos mesmos da nota zero.

8.4 - Serão desclassificadas as propostas que não atingirem a pontuação mínima, cujo valor está definido no **ANEXO VII**.

8.5 - A Comissão procederá, então, à classificação das propostas válidas, consoante a ordem de pontos individualmente obtidos pelos proponentes.

8.6 - O valor da pontuação, obtido da análise da Proposta Técnica, será alcançado mediante a seguinte fórmula:

$$PT = 1 + 2 + 3 + 4 + 5$$

onde os numerais correspondem à pontuação obtida nos seguintes quesitos:

- 1) Experiência de Assessoria e Consultoria para órgãos públicos do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal;**
- 2) Especialização do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal;**



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- 3) **Atuação como palestrante em Congressos, Seminários e Cursos, do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal;**
- 4) **Publicações do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal;**
- 5) **Feitos processuais do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal.**

8.7 - Será atribuída nota 10 (dez) à Proposta Técnica que houver obtido o maior número de pontos, atribuindo-se às demais Propostas Técnicas notas diretamente proporcionais à sua classificação, por pontos, em relação à Proposta que recebeu nota 10 (dez), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{NPT} = 10 \times \frac{T_i}{T_o} \times T_i$$

onde:

NPT = nota da Proposta Técnica em exame, para efeito de sua classificação;
Ti = pontuação da Proposta Técnica em exame, obtida na forma do Anexo V;
To = pontuação da melhor Proposta Técnica, obtida na forma do Anexo V.

9. DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº. 3)

9.1 -A proposta poderá ser discriminada da maneira prevista no **ANEXO III** e dela constar os seguintes pré-requisitos:

- a) A proposta deverá ser elaborada e apresentada de forma clara e precisa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas, em moeda corrente nacional, digitada ou datilografada, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada e assinada pelo responsável legal ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- b) Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- c) A razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail de contato da licitante, deverão constar na proposta.
- d) Na proposta oferecida deve constar, obrigatoriamente, a **descrição do objeto licitado**.
- e) O valor global, para um período de 7 (sete) meses (junho à dezembro/2017), não poderá ultrapassar o valor do orçamento oficial de **R\$ 38.501,82 (trinta e oito mil, quinhentos e um reais e oitenta e dois centavos)**, conforme consta no **Anexo I**. O valor global deverá vir expresso em algarismos e por extenso.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

- f) Todos os tributos, impostos e demais despesas incidentes direta e indiretamente na prestação dos serviços do objeto desta licitação, deverão ser considerados como inclusos no preço global apresentado.
- g) Depois de abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.
- h) A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas neste certame e na proposta apresentada.
- i) O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a (60) sessenta dias**, contados de sua apresentação, observado o disposto no § 3º, artigo 64, da Lei nº. 8.666/93.
- j) A licitante deverá inserir na proposta o número do banco, agência e conta corrente, para a qual deverá ser emitida a ordem bancária.

10 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1 - Será(ao) considerado(s) classificado(s) o(s) proponente(s) que atender(em) todas as condições exigidas neste Edital.

10.2 - Será desclassificada a proposta que não atender às exigências deste Edital, que contenha qualquer cláusula condicionante para execução dos serviços, ou que apresentar valores superiores aos limites unitários e global estabelecidos ou que seja manifestamente inexecutável.

10.3 - Se houver divergência entre o valor final lançado na proposta e os cálculos aritméticos dos valores unitários ou dos itens de serviço e material, prevalecerá o cálculo do somatório dos preços unitários ou, se for o caso, da soma dos resultados obtidos pela multiplicação do valor unitário pelo valor total do item, sendo considerado pela Comissão Permanente de Licitação, para fins de julgamento, o valor total obtido com os referidos cálculos, de acordo com as condições deste Edital.

10.4 - Da mesma forma, se houver diferença entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último.

10.5 - Cada proponente arcará com todos os custos diretos e indiretos para a preparação de sua proposta. A Câmara Municipal, em nenhuma hipótese, será responsável por estes custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

10.6 - Será atribuída nota 10 (dez) à Proposta Comercial que apresentar o menor preço, atribuindo-se, às demais Propostas Comerciais notas inversamente proporcionais à sua classificação, por preço, em relação à Proposta que recebeu nota 10 (dez), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NPC = 10 \times \frac{Ti}{Po}$$
$$Pi$$

onde:

NPC = nota da Proposta Comercial em exame, para efeito de sua classificação;

Po = menor preço entre as Propostas Comerciais classificadas;

Pi = preço da Proposta Comercial em exame.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - Sendo a presente licitação do tipo “Técnica e Preço”, a Comissão Permanente de Licitação fará a avaliação da documentação e o julgamento das propostas técnica e comercial em duas fases, a saber:

- a) 1ª fase – Julgamento da proposta técnica
- b) 2ª fase – Julgamento da proposta comercial.

11.2 - As propostas dos licitantes credenciados serão julgadas pela Comissão Permanente de Licitação adotando-se o peso 7 para a nota técnica e peso 3 para a Proposta Comercial.

11.3 - Será declarado classificado em primeiro lugar o proponente que obtiver a maior pontuação final, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$NCF = \frac{[(7 \times PTT) + (3 \times PC)]}{10}$$

Onde:

NCF = Nota da classificação final

PTT= Pontuação técnica total

PC = Pontuação comercial

11.4 - Não será efetuado nenhum tipo de arredondamento na apuração das pontuações. Os cálculos serão realizados até a segunda casa decimal, desprezando-se frações menores.

11.5 - À Comissão Permanente de Licitação fica reservado o direito de:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- a) Estabelecer prazo para definir a classificação final das propostas, suspendendo a reunião em decorrência de fato superveniente;
- b) Convocar pessoas habilitadas para auxiliar no julgamento das propostas técnicas;
- c) Promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- d) Rejeitar qualquer proposta, mediante parecer fundamentado.

11.6 - No caso de empate da pontuação final entre duas ou mais propostas a Comissão Permanente de Licitação realizará sorteio entre as mesmas, para definição da empresa vencedora e da ordem de classificação das demais (caso sejam mais de duas as empatadas), conforme o § 2º do art. 3º c/c § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93.

11.7 - A Comissão Permanente de Licitação lavrará ata circunstanciada da sessão (constando objeções e impugnações, formuladas pelos concorrentes, os fundamentos das desclassificações e das seleções efetuadas e a classificação ordinal dos licitantes), que posteriormente será lida e assinada pelos presentes.

11.8 - O resultado da análise das Propostas Técnica e Comercial constará de Ata de Julgamento e será publicado no Site Oficial e no Quadro de Publicidade da Câmara Municipal, salvo se presentes todos os licitantes no ato em que foi proferida a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata, **abrindo-se o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos nos termos da Lei nº 8.666/93.**

12. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. O presente processo terá início com o cadastramento prévio dos interessados, cujos documentos serão recebidos até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital, conforme disposto no art. 22, § 2º, da Lei 8.666/93, e nos termos do previsto no **item 2** deste instrumento.

12.2. Os licitantes serão notificados do resultado do cadastramento, pessoalmente, por telefone ou via e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a decisão da Comissão Permanente de Licitação.

12.3. Até a data e hora estabelecidos no preâmbulo deste instrumento a Câmara Municipal receberá os envelopes nos 1, 2 e 3 dos licitantes cadastrados.

12.4. Não serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação os envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta Comercial dos interessados que se fizerem presentes após o horário marcado para a entrega dos mesmos. Os licitantes que se



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

fizerem presentes após o horário marcado para a abertura da licitação somente poderão permanecer na sessão como ouvintes, sem interferir no certame.

12.5. No dia, local e hora previstos no preâmbulo deste edital, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes “1”, e à verificação da autenticidade de tais documentos.

12.6. Após a análise dos documentos do envelope “1”, a Comissão declarará habilitados os proponentes que atenderem às exigências deste edital, os quais ficarão habilitados para a fase de análise e julgamento das propostas técnicas.

12.7. Proferido o resultado do julgamento da habilitação, e desde que: (I) tenha havido desistência expressa dos licitantes em recorrer, ou (II) tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou (III) tenham sido julgados todos os recursos interpostos, ou (IV) haja licitante único, a Comissão procederá à abertura dos envelopes “2”, contendo as propostas técnicas dos licitantes habilitados, sendo os documentos neles encontrados verificados e rubricados pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes.

12.8. Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe desistência do licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

12.9. As propostas técnicas serão julgadas e classificadas de acordo com os critérios de avaliação descritos neste edital.

12.10. Proferido o resultado da classificação técnica, e desde que: (I) tenha havido desistência expressa dos licitantes em recorrer, ou (II) tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou (III) tenham sido julgados todos os recursos interpostos, ou (IV) haja licitante único, a Comissão procederá à abertura dos envelopes “3”, contendo as propostas comerciais dos licitantes classificadas na Proposta Técnica.

12.11. No mesmo ato da abertura e análise das propostas comerciais, a comissão fará o cálculo da pontuação final, apurando a Nota de Classificação Final de cada proponente, nos termos do **subitem 11.3** deste edital, declarando a ordem de classificação dos licitantes e apontando o vencedor.

12.12. Proferido o resultado do julgamento das Propostas Comerciais e a classificação final dos licitantes, abrir-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso dos interessados.

12.13. Em qualquer fase do julgamento, poderá a Comissão optar pela suspensão dos trabalhos para análise mais acurada da documentação, se assim entender necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

12.14. Cada licitante disporá do tempo máximo de 60 (sessenta) minutos para a análise dos documentos das Propostas Comerciais, Propostas Técnicas e Credenciamento dos demais licitantes.

12.15. Das reuniões lavrar-se-ão atas, nas quais serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes.

12.16. Não tendo sido interposto recurso do resultado do julgamento ou tendo havido a sua expressa desistência, ou ainda, tendo sido julgados todos os recursos, a Comissão Permanente de Licitação elaborará relatório a ser apresentado à Presidente da Câmara Municipal, para a competente deliberação.

12.17. Esta, à vista daquele relatório, poderá homologar o resultado da licitação, aprovando ou não a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

12.18. A Câmara Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para abertura da licitação ou para o recebimento dos envelopes, sem que caiba aos licitantes quaisquer indenizações ou reclamações.

12.19. À Comissão Permanente de Licitação ou à Presidente da Câmara Municipal será facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, não sendo permitida, após a entrega dos documentos e propostas, a substituição ou apresentação de documentos, salvo a critério da Comissão Permanente de Licitação:

a) A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento dos documentos e propostas;

b) Esclarecer dubiedades e manifestos erros materiais, com a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências em até 24 horas, contadas da solicitação.

13. DA DESCLASSIFICAÇÃO:

13.1 Será desclassificada a proposta que:

a) não atenda as exigências deste edital; ou,

b) com preço acima do máximo fixado no **item 9.1.e** deste Edital, ou manifestamente inexecutável, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos serviços são



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

13.2 Poderão também ser desclassificadas as propostas de preços e propostas técnica elaboradas em desacordo com os modelos constantes dos **ANEXO III** e **ANEXO IV** respectivamente, se tal circunstância impedir o seu julgamento;

13.3 Os Critérios de aceitabilidade de preços unitários, serão nos termos do art. 40, inciso X da Lei 8.666/1993, conforme acórdão TCU N.º 2466/2009 – Plenário, publicado em 23/10/2009.

13.4 Será dada a oportunidade aos proponentes do esclarecimento sobre a composição de seus preços. Caso o licitante comprove a exequibilidade do valor apresentado, não se cogita a desclassificação da sua proposta (TC-014.879/2005-7).

14. DA CLASSIFICAÇÃO

14.1 As propostas que atenderem as exigências do Edital serão classificadas pela Comissão Permanente de Licitação. No caso de constatar-se erro de cálculo entre os preços unitário e total da Proposta Comercial, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço unitário, podendo a Comissão Permanente de Licitação proceder às correções necessárias.

14.2 Classificadas a Proposta Técnica e a Proposta de Preços, será declarada vencedora a proponente que, tendo atendido a todas as exigências deste edital, **obtiver a maior Nota de Avaliação Final (NF), subitem 11.3.**

14.3 Não se considerará nenhuma oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas propostas comerciais das demais proponentes.

14.4 Para o desempate de propostas de preços iguais realizar-se-á sorteio público, sendo que a modalidade será definida pela Comissão Permanente de Licitação, e todos os licitantes serão convidados.

14.5 O resultado do julgamento será publicado, para os efeitos recursais de que trata o art. 109, inciso I, letra "b", da Lei Federal n. 8.666/93, no site Oficial da Câmara Municipal de Carandaí e quadro de publicidade.

14.6 Decorrido o prazo de interposição de recursos ou julgados os recursos interpostos a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para a HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO pela Presidente da Câmara Municipal de Carandaí.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

14.7 Caso a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (art. 45, § 2º, da LC nº 123/2006) adotar-se-á o seguinte procedimento:

14.8 Em havendo proposta de licitante qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada **disporá de até 30 (trinta) minutos** após o julgamento das propostas para, se o quiser, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 44, § 2º e 45, I e § 3º da LC 123/2006; art. 5º e 7º do Decreto nº 8.538/2015);

14.8.1 Não ocorrendo à contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do item anterior, serão convocadas as Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II, da LC 123/2006);

14.8.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresa de Pequeno, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, § III, da LC 123/2006);

14.8.3 Não ocorrendo a hipótese nos itens **14.8.1 e 14.8.2** acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, § 1º, da LC 123/2006).

15. DOS RECURSOS

15.1 Das decisões da Comissão Permanente de licitação quanto ao julgamento das propostas, habilitação, inabilitação, revogação ou anulação da licitação, caberá recurso, com efeito suspensivo e em única instância, desde que interposto no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da data de recebimento da respectiva comunicação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

15.2 O recurso deverá ser protocolado na Recepção da Câmara Municipal, conforme endereço no preâmbulo deste Edital e dirigido à autoridade superior.

15.3 Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da respectiva comunicação.

15.4 A Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, ou fazer subir o ato recorrido, devidamente informado, devendo nesse caso a decisão ser proferida pela autoridade competente.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

15.5 Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, imediatamente após a divulgação da vencedora, de forma motivada, apresentar sua intenção de recorrer.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

16.1 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação; ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado; ter adiada sua realização ou transferida sua abertura para outra data, mediante prévio aviso;

16.2 A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93;

16.3 A nulidade da presente licitação induz à nulidade do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93;

17. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1 Após a divulgação do julgamento e decorrido o prazo recursal previsto em Lei, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo licitatório à autoridade superior, para fins de homologação, adjudicação, revogação ou anulação da licitação.

17.2 Ocorrendo anulação ou revogação desta licitação, a Câmara Municipal providenciará a publicação no site oficial e no quadro de publicidade, a partir da qual correrá o prazo para a interposição de recurso hierárquico.

17.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, por anulação ou revogação, é assegurado ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Adjudicado o objeto da presente licitação, a Câmara Municipal de Carandaí convocará a proponente vencedora desta licitação para assinar o respectivo contrato no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

18.1.1. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que a vencedora tenha seu pedido de prorrogação justificado e aceito pela Câmara Municipal de Carandaí.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

18.2. Na hipótese da vencedora desta licitação não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, a Câmara Municipal de Carandaí aplicará as sanções previstas neste instrumento, caracterizada como descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 e, ainda, ao pagamento de multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2.1. O disposto no item **18.2.** não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º desta Lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

18.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a Câmara Municipal de Carandaí, a seu exclusivo critério, poderá:

- a) convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato nas mesmas condições e preços da primeira classificada, ou
- b) revogar esta licitação. (§ 2º, Art. 64, Lei Federal nº 8.66/93).

18.4. Até a assinatura do contrato, a Câmara Municipal de Carandaí poderá desconsiderar a proposta da proponente vencedora se tiver conhecimento de fato desabonador à habilitação, conhecido após o julgamento, procedendo, por consequência, conforme o disposto no item anterior.

18.5. A empresa adjudicatária fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem na contratação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o §1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

18.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Assessoria Parlamentar da Câmara Municipal.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

19.1. A fiscalização do Contrato será exercida pelo Assessor Parlamentar da Câmara Municipal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Presidência da Câmara.

19.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

19.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

19.4 O fiscal do Contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

19.5 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) A satisfação do público usuário.

19.6 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

20. DOS PRAZOS

20.1. O prazo para a execução dos serviços de **Assessoria e Consultoria Jurídica** será de **7 (sete) meses**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

20.2. O prazo para início dos serviços é de 5 (cinco) dias corridos, a partir da data de expedição da ordem de serviço.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. Os recursos financeiros previstos para atender as despesas decorrentes do objeto deste Edital, correrão à conta da seguinte dotação do orçamento em vigor:

01.01.01.031.0001.8001.33.90.35.00 – Serviços de Consultoria.

23. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado através de Ordem de Pagamento, à conta da contratada, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas por quem de direito, uma vez concluído o processo legalmente adotado pela Câmara Municipal de Carandaí, para solução de seus débitos.

23.2. As Notas Fiscais/Faturas, para efeito de pagamento, deverão ser apresentadas e acompanhadas dos seguintes documentos anexados, para o ato de atestação, liquidação e pagamento dos **serviços prestados**:

I – Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

II – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

23.3. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

23.4. Os pagamentos serão efetuados dentro do prazo de até 5 (cinco) dias após a data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por quem de direito, acompanhada dos documentos mencionados no **item 23.2** deste edital.

23.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

24. PENALIDADES

24.1. No caso de inexecução parcial ou total dos serviços, a Câmara Municipal de Carandaí aplicará as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, ficando a CONTRATADA sujeita ainda a multas moratórias e compensatórias, conforme consta a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

24.1.1. Advertência por escrito;

24.1.2. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a Câmara Municipal de Carandaí, por um período não superior a dois anos;

24.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

24.1.4. Multa diária por atraso na entrega dos pareceres/relatórios, no valor de 0,5% (meio por cento), limitada a 2% (dois por cento), podendo a Câmara Municipal de Carandaí tomar outras providências legais cabíveis, inclusive a rescisão contratual;

24.1.5. Multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, pelo não cumprimento das exigências contratuais e orientações técnicas;

24.1.6. No caso de rescisão motivada pela CONTRATADA, multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, na ocasião da rescisão;

24.2. As multas incidirão sobre o valor total contratado.

24.3. A Câmara Municipal de Carandaí, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela CONTRATADA, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

24.4. As penalidades previstas neste edital serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

24.5. A rescisão contratual poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, sujeitando a CONTRATADA à aplicação de multa na forma dos itens **24.1** e **24.2**.

25. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

25.1. Os serviços inicialmente contratados poderão ter suas quantidades acrescidas ou suprimidas dentro dos limites previstos no parágrafo primeiro, artigo 65, da Lei N.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do parágrafo 2º, inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei N.º 9.648, de 27 de maio de 1998.

26. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

26.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Câmara Municipal julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

27 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2 – O resultado do presente certame será divulgado pela Câmara Municipal de Carandaí no site oficial e no quadro de publicidade.

27.3 – Os casos omissos do presente Processo Licitatório serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitação, que poderá solicitar apoio da Assessoria Parlamentar.

27.4 – Este edital *deverá ser lido* e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação de habilitação e das propostas não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

27.5 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto dos Documentos de Habilitação, como das Propostas de Preços apresentados na Sessão.

27.6. É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da análise e do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

27.7. É vedado ao licitante retirar quaisquer peças de sua habilitação ou de suas propostas, ou parte dela, depois de aberta a sessão da Tomada de Preços.

27.8. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimo e diminuição quantitativa do objeto, conforme previsto do art. 65 da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, e prorrogação do contrato, consoante o art. 57 da mesma lei.

27.9. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante a tramitação do certame. Poderá, também, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e propostas, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do certame.

27.10. O Edital, bem como seus anexos, encontra-se disponível, na sua íntegra, na Secretaria da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira, no horário de 12hh às 18h,



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

onde poderá ser lido ou adquirido. Referido edital encontra-se, também, disponível nos seguinte endereço eletrônico: www.camaracarandai.mg.gov.br

Os esclarecimentos serão efetuados pela Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail licitacao@camaracarandai.mg.gov.br, ou diretamente na Câmara Municipal de Carandaí, ou ,ainda, pelo telefone **32-3361-1501**.

28. CASOS OMISSOS

28.1. Os casos omissos neste edital serão decididos pela Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com a legislação pertinente. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.

29 – DO FORO

29.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Carandaí, Estado do Minas Gerais, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Edital de licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Paço Legislativo Municipal “Vereador João Luiz Alves de Souza”.
Carandaí, 18 de abril de 2017.

MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA BAETA
-Presidente da Câmara Municipal-

JOSÉ PIRES NETO
-Presidente da CPL-



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO I PROJETO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este Projeto Básico visa a orientar na contratação de pessoa física ou pessoa jurídica, para prestação de serviços especializados em **Assessoria e Consultoria Jurídica para o exercício 2017**

1.2. Estabelece também normas gerais e específicas, métodos de trabalho e padrões de conduta para os serviços descritos e deve ser considerado como complementar às demais exigências dos documentos contratuais.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Se faz necessária a contratação de pessoa física ou pessoa jurídica, para prestar serviços especializados em assessoria e consultoria jurídica, tendo em vista a necessidade de profissionais com especialização, bem como a singularidade dos serviços a serem prestados, auxiliando a Câmara Municipal em assuntos que exigem conhecimentos específicos na área.

Considerando ainda, que a Câmara Municipal de Carandaí não conta com uma Procuradoria Jurídica em sua estrutura organizacional e que depende de uma consultoria externa especializada para assessorá-la em assuntos complexos e na tomada de decisões importantes para o Legislativo, é necessário um planejamento prévio por parte desta Casa para evitar que os serviços advocatícios prestados sofram interrupção, prejudicando o andamento dos trabalhos da Edilidade.

3. OBJETO:

3.1 Constitui objeto do presente edital a contratação de pessoa física ou pessoa jurídica, cujo objeto do contrato social ou documento equivalente seja serviços advocatícios para prestar serviços de **Assessoria e Consultoria Jurídica para o exercício 2017**, nas áreas do Direito Administrativo, Constitucional e outras de atuação do Poder Legislativo Municipal, envolvendo a elaboração de pareceres jurídicos sobre questões de maior complexidade, a defesa administrativa e judicial da Câmara Municipal e o acompanhamento processual, em 1ª e 2ª instâncias somente em ações especializadas, bem como atuação em ações diretas de inconstitucionalidade de leis municipais, mandados de segurança e outras ações que sejam necessárias.

4. VALOR ESTIMADO.

4.1. R\$38.501,82 (trinta e oito mil, quinhentos e um reais e oitenta e dois centavos), para um período de 7 (sete) meses, ou seja, um valor mensal de **R\$5.500,26 (cinco mil, quinhentos reais e vinte e seis centavos).**



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

5. PERFIL DO ESCRITÓRIO A SER CONTRATADO:

5.1. Natureza jurídica: advogado (pessoa física) ou sociedade de advogados (pessoa jurídica).

5.2. Especialização: o escritório deverá ser especializado em Direito Administrativo, Direito Municipal, Administração Pública ou Gestão Pública. Esta especialização não será exigida como condição para credenciamento, mas deverá ser avaliada no julgamento da proposta técnica, mediante pontuação de critérios definidos no edital, incluindo a demonstração de experiências anteriores em trabalhos para órgãos da administração (Câmaras Municipais, Prefeituras ...); demonstração de cursos de capacitação concluídos em áreas relacionadas aos serviços a serem prestados; comprovação de participação em palestras em congressos e eventos congêneres; apresentação de publicações realizadas em áreas pertinentes; e comprovação de feitos processuais.

5.3. Profissional especializado: o escritório deverá designar previamente um profissional (advogado) de seu quadro (sócio, empregado ou advogado associado), responsável pela prestação dos serviços, o qual será também o único credenciado para a realização das visitas técnicas à Câmara Municipal, devendo ser dotado de experiência e especialização suficientes para o bom atendimento.

6. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Local da prestação dos serviços: os serviços serão prestados parcialmente no escritório da empresa contratada, incluindo os serviços de elaboração de pareceres, preparação de minutas de documentos, pesquisas jurídicas e atendimento a consultas dos membros da Câmara Municipal, que poderão ser feitas via telefone, ou e-mail, e parcialmente de forma presencial, através de visitas do profissional.

6.2. Prazos máximos para atendimento: A emissão de pareceres solicitados e a elaboração ou aprovação de minutas de atos e contratos deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, exceto pareceres a projetos de códigos, estatutos, reformas administrativas e planos municipais, quando o prazo será o **quíntuplo**.

6.3. Visitas técnicas: o profissional deverá comparecer à sede da Câmara Municipal, em dia e horário a ser agendado entre as partes, observados os seguintes parâmetros:

a) O profissional designado para as visitas deverá ser o indicado na proposta da licitante vencedora e no respectivo contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

b) As datas e horários das visitas serão definidas pela Câmara Municipal com antecedência de pelo menos 3 (dois) dias úteis, ficando vedado o agendamento para sábados, domingos e feriados;

c) A permanência do advogado na sede da Câmara Municipal terá duração mínima estimada de 4 (quatro) horas, podendo ser agendada no horário da manhã ou pela tarde. Suprida a necessidade, poderá ser dispensado em tempo menor, a critério da Presidente ou do Assessor Parlamentar;

d) Em casos especiais, como por exemplo, para o acompanhamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá ser solicitada a permanência do advogado em tempo superior a 4 (quatro) horas.

e) As despesas do advogado relativas à visita técnica (deslocamento, hospedagem, alimentação etc), não se incluem no valor mensal pago à Contratada e serão reembolsadas pela Câmara Municipal, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de gastos.

6.4. Prazo e Vigência da Contratação:

Prazo inicial: estimado em 7 (sete) meses (junho a dezembro de 2017).

6.6. Remuneração dos Serviços e outros Pagamentos:

a) Os honorários devidos pela prestação de serviços serão pagos mensalmente à contratada, inclusive nos períodos de recesso parlamentar, visto que não haverá suspensão do contrato nesta situação.

b) Havendo necessidade de deslocamento de profissional da contratada para outras cidades, a fim de tratar de assuntos de interesse da Câmara Municipal, esta deverá reembolsá-la de todas as despesas realizadas com deslocamento, hospedagem e alimentação, dentre outras, desde que tais despesas sejam devidamente comprovadas por documentos idôneos e desde que a viagem seja autorizada expressa e antecipadamente pela Câmara Municipal. A mesma regra se aplicará quando o profissional da contratada for convidado ou solicitado para acompanhar a Presidente da Câmara Municipal ou servidor em viagens para tratar de assuntos de interesse do Legislativo.

Paço Legislativo Municipal “Vereador João Luiz Alves de Souza”.
Carandaí, 18 de abril de 2017.

MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA BAETA
-Presidente da Câmara Municipal-



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

JOSÉ PIRES NETO
-Presidente da CPL-

ANEXO II Modelo de Procuração

OUTORGANTE: *[nome da empresa licitante]*, inscrita no CNPJ sob o no _____, com sede na Rua _____, no _____, na cidade de _____, representada neste ato por seu *[indicar o cargo – Diretor/Gerente/etc – do representante/responsável pela empresa]*, Sr. _____, nos termos do seu contrato social.

OUTORGADO: *[nome do procurador]*, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade RG no _____ e inscrito no CPF sob o no _____, residente e domiciliado na Rua _____, no _____, na cidade de _____.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de mandato, a OUTORGANTE nomeia e constitui como seu legítimo representante o OUTORGADO acima qualificado, a quem são conferidos, neste ato, poderes específicos para representá-la em todos os atos e termos do Processo Licitatório nº. 13/2017 – Tomada de Preços nº. 1/2017, promovido pela Câmara Municipal de Carandaí, podendo para tanto participar de sessões de abertura dos envelopes, pedir e prestar esclarecimentos, tomar decisões, interpor recursos, abrir mão do direito de recorrer, fazer consignações em ata e assiná-las, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato. Os atos constituídos sob a forma e nos termos previstos nesse instrumento serão tidos por bons, firmes e valiosos.

Local e data.

[Nome da empresa licitante]

[Nome, cargo e assinatura dos representantes legais, previstos no contrato social, com firma reconhecida]



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO III Modelo de Proposta Comercial

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Processo Licitatório nº. 13/2017 - Tomada de Preços nº. 1/2017

A _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (endereço completo), tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Comercial para execução na íntegra dos serviços motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

Estamos cotando os serviços discriminados, conforme planilha de orçamento constante em nossa proposta, cujo preço mensal é de R\$ _____ (_____), totalizando um preço total de R\$ _____ (_____).

No preço proposto estão inclusas todas as despesas com mão de obra, encargos sociais, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados neste edital e seus anexos.

Declaramos que executaremos os serviços obedecendo fielmente o que estabelece as orientações constates do edital.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação, ou seja, de sua abertura.

Local e data.

[Nome da empresa licitante]

[Nome, cargo e assinatura dos representantes legais,
previstos no contrato social, com firma reconhecida]

OBS: Esta carta deverá ser assinada pelo representante legal ou procurador constituído para tal fim, sendo neste caso, necessária a juntada do respectivo instrumento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO IV Modelo de Proposta Técnica

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Processo Licitatório nº. 13/2017 - Tomada de Preços nº. 1/2017

A _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (endereço completo), tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Técnica objetivando concorrer à contratação dos referidos serviços, acompanhada da documentação relacionada abaixo.

1) Experiência de Assessoria e Consultoria para órgãos públicos do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal:

Relação dos atestados, declarações e certidões de serviços prestados pelo proponente e sua equipe técnica para órgãos da Administração Pública:

Quesito I – Experiência de Assessoria e Consultoria para órgãos públicos do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal			
Órgão Atendido	Período	Doc./Pag. nº.	Pontuação Estimada

2) Especialização do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal:

Identificação da capacitação acadêmica do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal.

Quesito II – Especialização do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal		
Cursos	Doc./Pag. nº.	Pontuação Estimada

3) Atuação como palestrante em Congressos, Seminários e Cursos, do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal:

Relação de certificados de atuação como palestrante em congressos, seminários e cursos, do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal.

Quesito III – Atuação como palestrante em Congressos, Seminários e Cursos, do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

Tema	Doc./Pag. Nº.	Pontuação Estimada

4) Publicações do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal:

Relação de livros, monografias e artigos técnico-profissionais publicados, de autoria do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal.

Quesito IV – Publicações do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal				
Espécie	Título	Local de publicação	Doc./Pag nº.	Pontuação Estimada

5) Feitos processuais do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal:

Relação de atestados, certidões, declarações ou documentos equivalentes comprobatórios, em que o profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal, tenha **atuado em processos junto ao Tribunal de Contas dos Estados** ou que tenha realizado **sustentação oral junto aos Tribunais de Contas dos Estados e aos Tribunais de Justiça dos Estados (2ª Instância) e Tribunais Superiores**.

Quesito V – Feitos processuais do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal			
Feito Processual	Tribunal	Doc./Pag nº.	Pontuação Estimada

Local e data.

[Nome da empresa licitante]

[Nome, cargo e assinatura dos representantes legais,
previstos no contrato social, com firma reconhecida]



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO V QUADRO RESUMO DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

TOTAL GERAL DE PONTOS APURADOS PELO PROPONENTE

A pontuação técnica de cada proposta corresponderá ao somatório dos itens avaliados, conforme abaixo:

$$PT = 1 + 2 + 3 + 4 + 5$$

Transcrever os totais de cada um dos itens calculados acima para o quadro abaixo, apurando o total geral de pontos obtidos pelo licitante.

QUESITO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO OBTIDA
1- Experiência de Assessoria e Consultoria para órgãos públicos do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	7	
2- Especialização do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	13	
3- Atuação como palestrante em Congressos, Seminários e Cursos, do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	5	
4- Publicações do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	5	
5- Feitos processuais do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	5	
TOTAL GERAL DE PONTOS	35	

Local e data.

[Nome da empresa licitante]

[Nome, cargo e assinatura dos representantes legais,
previstos no contrato social, com firma reconhecida]



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO VI

Indicação do Profissional que prestará os serviços

Proponente: _____

CNPJ: _____

Pela presente declaramos ter a disponibilidade do profissional abaixo relacionado, com o compromisso de utilizá-lo na execução dos serviços de consultoria e assessoria jurídica, durante o tempo que vigorar o contrato, caso nossa empresa sagre-se vencedora do presente certame:

Nome:

Vínculo com o proponente:

Inscrição OAB:

Local e data.

[Nome da empresa licitante]

[Nome, cargo e assinatura dos representantes legais,
previstos no contrato social, com firma reconhecida]



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO VII Critérios para elaboração da proposta técnica

A pontuação técnica de cada proposta será determinada pelo somatório das notas dos quesitos relacionados no quadro abaixo, cuja valoração foi previamente definida pela Câmara Municipal de Carandaí com base nas características particulares de cada quesito e face ao volume e variedade dos serviços a serem executados.

Na sequência deste anexo estão dispostas as planilhas contendo os elementos e características que servirão de parâmetro para o julgamento e a classificação das propostas, segundo a pontuação obtida pelo atendimento ou não de cada quesito.

A pontuação máxima estabelecida para efeito de avaliação da Proposta Técnica, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, é de 35 (trinta e cinco) pontos.

A Nota da Proposta Técnica (NPT) corresponderá ao somatório dos quesitos avaliados com base na documentação apresentada por cada proponente, conforme abaixo:

$$NPT = I + II + III + IV + V$$

Para fins de pontuação e classificação da Proposta Técnica, os quesitos a serem avaliados e respectivas valorações são os seguintes:

QUESITO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1- Experiência de Assessoria e Consultoria para órgãos públicos do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	7
2- Especialização do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	13
3- Atuação como palestrante em Congressos, Seminários e Cursos, do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	5
4- Publicações do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	5
5- Feitos processuais do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal	5
Pontuação máxima	35

I – EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS DO PROFISSIONAL QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS À CÂMARA MUNICIPAL:

- a) A pontuação será apurada com base na análise dos atestados, certidões ou declarações comprobatórias da experiência do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal, na prestação de serviços de assessoria ou consultoria jurídica para órgãos da Administração Pública de esfera municipal, estadual ou federal,



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

expedidos pelos órgãos beneficiários dos serviços e assinados pelos respectivos representantes legais, constando os seguintes itens:

- Identificação do órgão expedidor e do respectivo signatário;
 - Descrição dos serviços executados, aceitando-se, para efeito de pontuação nesta licitação, a experiência em Direito Administrativo, Direito Constitucional, Administração Pública, Poder Executivo, Poder Legislativo e temas correlatos. Exemplos: processo e técnica legislativa, servidores públicos, regime jurídico, gestão de pessoas no serviço público, Direito Eleitoral, Direito Tributário, Direito Urbanístico, orçamento e contabilidade pública, responsabilidade fiscal, licitações e contratos administrativos, convênios públicos, consórcios públicos, controle patrimonial, fiscalização da Administração Pública, comissões parlamentares de inquérito e controle interno.
 - Indicação do período da prestação de serviços, não sendo aceitos, para os fins de contagem de pontos, serviços de duração inferior a um ano.
- b) Será atribuída pontuação para cada ano completo de serviços prestados, por órgão atendido, observando a seguinte escala:
- Assessoria/consultoria jurídica para Câmaras Municipais: 0,5 ponto por ano;
 - Assessoria/consultoria jurídica para Prefeituras Municipais: 0,4 ponto por ano;
 - Assessoria/consultoria jurídica para outros órgãos do Poder Executivo e Legislativo (federal e estadual): 0,3 ponto/ano.
- c) O período superior a 11 meses e meio será computado como um ano completo. Períodos inferiores não serão computados.
- d) O limite máximo de tempo atribuível para um mesmo órgão será de 4 anos.
- e) A pontuação máxima deste quesito será de **7 (sete) pontos**, mesmo que o somatório dos pontos obtidos seja maior.
- f) Na verificação dos atestados, a comissão atentará para a identidade entre os serviços declarados e os serviços objeto da presente licitação.

II – ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS À CÂMARA MUNICIPAL:

- a) A pontuação será apurada com base na análise nos certificados de conclusão de cursos de especialização, nos níveis de pós-graduação, mestrado e doutorado, exclusivamente do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal. Os cursos de especialização deverão ser reconhecidos pelo MEC.
- b) Para efeito de pontuação será observada a seguinte escala:
- Pós-graduação: 2 pontos;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- Mestrado: 5 pontos;
 - Doutorado: 6 pontos.
- c) Será aceito apenas curso com duração mínima de 360 horas, nas áreas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Administração Pública, Poder Executivo, Poder Legislativo e temas correlatos. Exemplos: processo e técnica legislativa, servidores públicos, regime jurídico, gestão de pessoas no serviço público, Direito Eleitoral, Direito Tributário, Direito Urbanístico, orçamento e contabilidade pública, responsabilidade fiscal, licitações e contratos administrativos, convênios públicos, consórcios públicos, controle patrimonial, fiscalização da Administração Pública, comissões parlamentares de inquérito e controle interno.
- d) A pontuação máxima deste quesito será de **13 (treze) pontos**, mesmo que o somatório dos pontos obtidos seja maior.

III – ATUAÇÃO COMO PALESTRANTE EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E CURSOS, DO PROFISSIONAL QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS À CÂMARA MUNICIPAL:

- a) A pontuação será apurada com base na análise dos certificados de participação como palestrante do profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal em congressos, seminários e cursos, realizados nos últimos 5 anos, atribuindo-se 1 (um) ponto para cada evento comprovado, **até o limite máximo de 5 pontos**.
- e) Serão contados apenas os certificados de eventos que tenham como temas assuntos ligados ao Direito Administrativo, Direito Constitucional, Administração Pública, Poder Executivo, Poder Legislativo e temas correlatos. Exemplos: processo e técnica legislativa, servidores públicos, regime jurídico, gestão de pessoas no serviço público, Direito Eleitoral, Direito Tributário, Direito Urbanístico, orçamento e contabilidade pública, responsabilidade fiscal, licitações e contratos administrativos, convênios públicos, consórcios públicos, controle patrimonial, fiscalização da Administração Pública, comissões parlamentares de inquérito e controle interno.

IV – PUBLICAÇÕES:

- a) A pontuação será apurada com base na análise de livros, monografias ou artigos, de autoria de profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal, publicados em jornais impressos, revistas ou sites especializados, nos últimos 5 anos, atribuindo-se a seguinte pontuação:
- 2 (dois) pontos para cada livro publicado;
 - 1 (um) ponto para cada monografia publicada, observando as normas da metodologia científica;
 - 0,5 (meio) ponto para cada artigo publicado.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

- b) A pontuação máxima deste quesito será de **5 pontos**, mesmo que o somatório dos pontos obtidos seja maior.

V – FEITOS PROCESSUAIS DO PROFISSIONAL QUE PRESTARÁ SERVIÇOS À CÂMARA MUNICIPAL:

- a) A pontuação será apurada com base na análise de atestados, certidões, declarações ou documentos equivalentes comprobatórios, de que o profissional que prestará os serviços à Câmara Municipal, tenha **atuado em processos junto ao Tribunal de Contas dos Estados** ou que tenha realizado **sustentação oral junto aos Tribunais de Contas dos Estados e aos Tribunais de Justiça dos Estados (2ª Instância) e Tribunais Superiores**.
- b) Para efeito de pontuação será observada a seguinte escala:
- Atuação em processos nos Tribunais de Contas: 1 (um) ponto para cada processo;
 - Sustentação Oral nos Tribunais de Contas dos Estados e nos Tribunais de Justiça dos Estados (2ª Instância): 1 (um) ponto para cada sustentação oral;
 - Sustentação Oral nos Tribunais Superiores: 1,5 (um e meio) ponto para cada sustentação oral.
- c) A pontuação máxima deste quesito será de **5 pontos**, mesmo que o somatório dos pontos obtidos seja maior.
- d) Serão contados apenas os feitos processuais nas áreas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Administração Pública, Poder Executivo, Poder Legislativo e temas correlatos. Exemplos: processo e técnica legislativa, servidores públicos, regime jurídico, gestão de pessoas no serviço público, Direito Eleitoral, Direito Tributário, Direito Urbanístico, orçamento e contabilidade pública, responsabilidade fiscal, licitações e contratos administrativos, convênios públicos, consórcios públicos, controle patrimonial, fiscalização da Administração Pública, comissões parlamentares de inquérito e controle interno.

Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que não atingirem uma nota mínima global, decorrente da somatória da pontuação, igual ou inferior a 12 (doze) pontos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO VIII Modelo de Declaração de Regularidade Profissional

Eu, _____ [*Nome do profissional*], [*nacionalidade*],
[*estado civil*], advogado inscrito na OAB/____ sob o no _____, CPF no
_____, na qualidade de [*vínculo*] do escritório
_____, CNPJ no _____, [e de responsável técnico da
mesma empresa perante este órgão no caso de vitória na presente licitação], declaro que
estou em pleno exercício da profissão de Advogado, encontrando-me totalmente regular
perante a Ordem dos Advogados do Brasil, não estando cumprindo nenhuma penalidade
disciplinar e não possuindo nenhum débito ou pendência com a referida entidade que
me impeça o exercício da profissão, comprometendo-se a informar ocorrências
posteriores.

Local e data

(*Assinatura, nome completo do profissional e no inscrição OAB*)



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO IX

Declaração de Micro Empresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (**incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**), art. 3º da lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento (s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43 § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e data.

[Nome da empresa licitante]

[Nome, cargo e assinatura dos representantes legais,
previstos no contrato social, com firma reconhecida]



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO X

Modelo de Declaração de Cumprimento à Legislação Trabalhista de Menores (Inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal do Brasil)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, declara que nos termos da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 que alterou dispositivos da Lei nº 8.666, de 16 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que a nossa empresa encontra-se em situação regular no Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Portanto, não possuímos no nosso quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer trabalho dos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local e data.

[Nome da empresa licitante]

[Nome, cargo e assinatura dos representantes legais,
previstos no contrato social, com firma reconhecida]



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO XI

Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

_____ (*Nome do Licitante*), CNPJ no _____, empresa sediada à _____ (*Endereço Completo*), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data não sofre os efeitos da declaração de inidoneidade, nem está suspenso de participar em licitações promovidas por qualquer órgão governamental, autárquico, fundacional ou de empresa de economia mista, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, comprometendo-se a informar ocorrências posteriores.

Local e data.

[*Nome da empresa licitante*]

[*Nome, cargo e assinatura dos representantes legais,
previstos no contrato social, com firma reconhecida*]



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

ANEXO XII MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ____/2017

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE CARANDAÍ E A
EMPRESA.....,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EM ASSESSORIA E CONSULTORIA
JURÍDICA, PARA O EXERCÍCIO
DE 2017.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017
TOMADA DE PREÇOS nº 1/2017
TIPO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO**

A **Câmara Municipal de Carandaí**, situada à Rua Dr. Rubem Amado, nº 217, bairro Nossa Senhora do Rosário, município de Carandaí, Estado do Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.558.113/0001-35, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. **Maria da Conceição Aparecida Baeta**, brasileira, divorciada, servidora pública, portadora da Cédula de Identidade nº _____, inscrita no CPF sob o nº _____, residente e domiciliada à _____, nº _____, bairro Centro, município de Carandaí, Estado do Minas Gerais, e a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, sediada em _____, (endereço completo) _____ inscrita no CNPJ/MF, sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo(a) Sr(a) _____, Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____ doravante denominada apenas **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da **Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações, e demais normas aplicáveis à espécie, e **EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017 - TOMADA DE PREÇOS nº 1/2017**, do **TIPO TÉCNICA E PREÇO**, sujeitando-se mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Os serviços, objeto deste contrato, serão prestados pela **CONTRATADA**, na forma e nas condições estabelecidas no **Projeto Básico (Anexo I)**, no **Edital de Licitação do Processo Licitatório nº. 13/2017 - Tomada de Preços nº. 1/2017 e seus anexos**, e na **proposta** da **CONTRATADA**, passando tais documentos e outros gerados até a assinatura deste Contrato a fazerem parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- 1.2.** O presente Contrato tem por objeto a **execução dos serviços especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica para o Exercício de 2017**, nas áreas do Direito Administrativo, Constitucional e outras de atuação do Poder Legislativo Municipal, envolvendo a elaboração de pareceres jurídicos sobre questões de maior complexidade, a defesa administrativa e judicial da Câmara Municipal e o acompanhamento processual, em 1ª e 2ª instâncias somente em ações especializadas, e o ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade de leis municipais, mandados de segurança e outras ações que sejam necessárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1.** Os serviços objeto do presente contrato serão prestados no escritório da CONTRATADA, bem como na sede da CONTRATANTE, se necessário.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA se compromete a executar os serviços constantes da cláusula primeira do presente contrato, dentro dos prazos e moldes exigidos pela legislação vigente, desde que, os documentos sejam apresentados a CONTRATADA em prazos razoáveis para a referida prestação de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS OPERACIONAIS

- 3.1.** As despesas operacionais do advogado relativas à visita técnica (deslocamento, hospedagem, alimentação etc), não se incluem no valor mensal pago à CONTRATADA e serão reembolsadas pela CONTRATANTE, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de gastos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Da Contratada:

- 4.1.1.** Caberá à CONTRATADA a responsabilidade de executar os serviços, obedecendo sempre aos prazos estabelecidos em Leis ou Instruções Normativas emanadas por órgãos de controles externos.
- 4.1.2.** Executar os serviços de acordo com a Cláusula Primeira deste instrumento mediante a utilização de técnicas adequadas.
- 4.1.3.** Submeter-se à aprovação/fiscalização pelo fiscal do contrato.
- 4.1.4.** Atender as normas da **OAB-Ordem dos Advogados do Brasil** e do **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

4.1.5. Sem prejuízo das demais disposições deste contrato e seus anexos, e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem encargos específicos da CONTRATADA:

- a) Designar previamente um profissional (advogado) de seu quadro (sócio, empregado ou advogado associado), responsável pela prestação dos serviços, o qual será também o único credenciado para a realização das visitas técnicas à Câmara Municipal, devendo ser dotado de experiência e especialização suficientes para o bom atendimento.
- b) Os serviços serão prestados parcialmente no escritório da empresa contratada, incluindo os serviços de elaboração de pareceres, preparação de minutas de documentos, pesquisas jurídicas e atendimento a consultas dos membros da Câmara Municipal, que poderão ser feitas via telefone, ou e-mail, e parcialmente de forma presencial, através de visitas do profissional.
- c) A emissão de pareceres solicitados e a elaboração ou aprovação de minutas de atos e contratos deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, exceto pareceres a projetos de códigos, estatutos, reformas administrativas e planos municipais, quando o prazo será o **quíntuplo**.
- d) O profissional deverá comparecer à sede da Câmara Municipal, em dia e horário a ser agendado entre as partes, observados os seguintes parâmetros:
 1. O profissional designado para as visitas deverá ser o indicado na proposta da licitante vencedora e no respectivo contrato;
 2. As datas e horários das visitas serão definidas pela Câmara Municipal com antecedência de pelo menos 3 (dois) dias úteis, ficando vedado o agendamento para sábados, domingos e feriados;
 3. A permanência do advogado na sede da Câmara Municipal terá duração mínima estimada de 4 (quatro) horas, podendo ser agendada no horário da manhã ou pela tarde. Suprida a necessidade, poderá ser dispensado em tempo menor, a critério da Presidente ou do Assessor Parlamentar;
 4. Em casos especiais, como por exemplo, para o acompanhamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá ser solicitada a permanência do advogado em tempo superior a 4 (quatro) horas.
 5. Havendo necessidade de deslocamento de profissional da contratada para outras cidades, a fim de tratar de assuntos de interesse da Câmara Municipal, esta deverá reembolsá-la de todas as despesas realizadas com deslocamento, hospedagem e alimentação, dentre outras, desde que tais despesas sejam



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

devidamente comprovadas por documentos idôneos e desde que a viagem seja autorizada expressa e antecipadamente pela Câmara Municipal. A mesma regra se aplicará quando o profissional da contratada for convidado ou solicitado para acompanhar a Presidente da Câmara Municipal ou servidor em viagens para tratar de assuntos de interesse do Legislativo.

- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE.
 - 4.1.7. Não manter em seu poder documentos da CONTRATANTE por prazo superior aos estipulados para execução e devolução dos serviços, ressalvado motivo de absoluta força maior, a critério justo e comprovado.
 - 4.1.8. A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por quaisquer de seus elementos, o desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido no Projeto Básico.
 - 4.1.9. A CONTRATADA acatará de modo imediato as ordens da Fiscalização, dentro destas Especificações e do Contrato. Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previsto no Contrato, nesta Especificação, no Termo de referência e em tudo mais que de qualquer forma se relacione ou que venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos, implícita está a sua responsabilidade.
- 4.2. Da Contratante:**
- 4.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Contrato.
 - 4.2.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto deste Contrato.
 - 4.2.3. Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula Sexta e na forma da Cláusula Sétima deste Contrato.
 - 4.2.4. Designar servidor para acompanhar a execução deste Contrato.
 - 4.2.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- 4.2.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA** que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda se conduza de modo inconveniente.
- 4.2.7. Emitir a Ordem de Serviço em até 5(cinco) dias úteis a partir da emissão do contrato.
- 4.2.8. Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessário a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

- 5.1. O prazo de execução dos serviços será de 7 (**sete**) meses e terá início no dia imediatamente posterior à Ordem de Serviços. O controle do andamento dos serviços será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos definidos no **Projeto Básico – Anexo I**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

- 6.1. Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor global de R\$(.....).
- 6.1.1. No preço estipulado nesta cláusula já se encontram computados todos os custos com materiais, mão-de-obra, impostos, taxas, e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado através de Ordem de Pagamento, à conta da contratada, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas por quem de direito, uma vez concluído o processo legalmente adotado pela Câmara Municipal de Carandaí, para solução de seus débitos.
- 7.2. As Notas Fiscais/Faturas, para efeito de pagamento, deverão ser apresentadas e acompanhadas dos seguintes documentos anexados, para o ato de atestação, liquidação e pagamento dos **serviços prestados**:
- I – Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
 - II – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- 7.3. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.
- 7.4. Os pagamentos serão efetuados dentro do prazo de até 5 (cinco) dias após a data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por quem de direito, acompanhada dos documentos mencionados no **item 7.2** deste edital.
- 7.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 8.1. Os serviços inicialmente contratados poderão ter suas quantidades acrescidas ou suprimidas, nos casos supervenientes ou de força maior, devidamente justificados e autorizados pela autoridade competente, durante a execução dos serviços, até 25% (vinte cinco por cento), em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, sempre por meio de Termos Aditivos, numerados em ordem crescente.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

- 9.1. O presente Contrato vigorará até **31 de dezembro de 2017**, com data inicial de sua vigência a partir da data de sua assinatura, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações subsequentes, desde que, devidamente justificada por escrito e autorizada previamente pela autoridade competente para sua celebração.
- 9.1.1. O presente Contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º e § 2º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- 10.1 A fiscalização do Contrato será exercida pelo Assessor de Gabinete da Câmara Municipal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Presidência da Câmara.
- 10.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º. 8.666, de 1993.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / <http://www.camaracarandai.mg.gov.br>

Fls.:

SERVIDOR

- 10.3** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção
- 10.4** O fiscal do Contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. No caso de inexecução parcial ou total dos serviços, a Câmara Municipal de Carandaí aplicará as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, ficando a CONTRATADA sujeita ainda a multas moratórias e compensatórias, conforme consta a seguir:

11.1.1. Advertência por escrito;

11.1.2. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a Câmara Municipal de Carandaí, por um período não superior a dois anos;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

11.1.4. Multa diária por atraso na entrega dos pareceres/relatórios, no valor de 0,5% (meio por cento), limitada a 2% (dois por cento), podendo a Câmara Municipal de Carandaí tomar outras providências legais cabíveis, inclusive a rescisão contratual;

11.1.5. Multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, pelo não cumprimento das exigências contratuais e orientações técnicas;

11.1.6. No caso de rescisão motivada pela CONTRATADA, multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, na ocasião da rescisão;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

- 11.2.** As multas incidirão sobre o valor total contratado.
- 11.3.** A **Câmara Municipal de Carandaí**, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela **CONTRATADA**, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.
- 11.4.** As penalidades previstas neste edital serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 11.5.** A rescisão contratual poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, sujeitando a **CONTRATADA** à aplicação de multa na forma dos **itens 11.1 e 11.2**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 12.1** . O presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos Art. 77 a 80 da Lei 8.666/93.
- 12.2** O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por inexecução de qualquer das obrigações estipuladas na Cláusula Primeira, sujeitando a **CONTRATADA** à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços ou nos prazos estabelecidos para entrega aos órgãos de controle externo.
- 12.3** A **CONTRATADA** reconhece desde já os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Art. 79 da Lei 8.666/93.
- 12.4** Ocorrendo rescisão unilateral com base nos incisos XII a XVII do Art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, serão a estes assegurados os direitos previstos no Parágrafo Segundo do Art. 79 da mesma Lei.
- 12.5** A falta de cumprimento de qualquer Cláusula ou simples condição do Contrato poderá acarretar a sua rescisão, mediante prévio aviso. Contudo a **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato automaticamente e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.
- 12.6** Poderá, ainda, este Contrato ser rescindido, na forma da Lei, pela ocorrência das demais situações previstas na Lei 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

12.7 Em quaisquer dos casos previstos nesta cláusula é assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS REAJUSTES

13.1. Aplicar-se-á o disposto a seguir:

Os preços propostos para a execução do objeto deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o disposto no art. 2º da Lei n.º 10.192 de 14/02/01, que estabelece: "Parágrafo 1º – É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 1 (um) ano."

13.1.1. A aplicação do reajuste far-se-á a partir do 13º mês após a data da referência orçamentária.

13.1.2. Para obtenção do índice de reajuste será utilizado como termo inicial o mês da referência orçamentária e como termo final o mesmo mês do ano subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. A CONTRATANTE encaminhará para publicação do extrato deste contrato no site oficial da Câmara Municipal e no quadro de publicidade, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, conforme determina o Parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei N°8.666/93 e suas alterações, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO DA PROPOSTA E AO EDITAL E SEUS ANEXOS

16.1. Este contrato fica vinculado ao edital de **Processo Licitatório nº. 13/2017 - Tomada de Preços nº 1/2017** e seus anexos, bem como às propostas técnica e de preços da **CONTRATADA**, os quais passam a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento em vigor:

01.01.01.031.0001.8001.33.90.35.00 – Serviços de Consultoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

Rua Dr. Rubem Amado, nº. 217 – Bairro Nossa Senhora do Rosário
Carandaí/MG – CEP: 36.280-0000 – Telefax: (32) 3361-1501/3361-2097
e-mail: contato@camaracarandai.mg.gov.br / http://www.camaracarandai.mg.gov.br

Fls.:

SERVIDOR

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Carandaí, Estado do Minas Gerais, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir questões fundadas neste Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado na Assessoria Parlamentar da CONTRATANTE, empresa e processo licitatório, nos termos do artigo 60, da Lei nº 8.666/93.

Carandaí, ____ de _____ de 2017.

MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA BAETA

-Presidente-

Câmara Municipal de Carandaí
CONTRATANTE

(nome)

(cargo)

(empresa)

CONTRATADA

Testemunhas:

(Nome)
(CPF)

(Nome)
(CPF)